

LEITURA CRÍTICA E FAKE NEWS: PREPARANDO ESTUDANTES PARA A CIDADANIA DIGITAL

CRITICAL READING AND FAKE NEWS: PREPARING STUDENTS FOR DIGITAL CITIZENSHIP

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.035-013>

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra

Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade - UFSCar

E-mail: avaete.guerra@gmail.com

Manoel Pessoa da Silva

Especialização em Redação, Linguagem e Leitura - UNIC

E-mail: peessoapoliedro2022@gmail.com

Siane Ciocari

Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica - RHEMA EDUCAÇÃO

E-mail: sciocari13@gmail.com

Carla Adriana da Silva Martins Struck

Especialização em Educação Infantil

E-mail: carlamstruck@gmail.com

Marly Ribeiro dos Santos Dias

Especialização em Docência na Educação infantil e anos iniciais - Faculdade Única

E-mail: marly99568760@gmail.com

Alessandra Correa da Silva Ferreira

Mestrado em Letras – UNEMAT

E-mail: alecorrea_sf@hotmail.com

Renata Freitas Siqueira

Doutoranda em Estudo da Linguagem - UFMT

E-mail: renatarnuke@gmail.com

Fabio José Antonio da Silva

Doutorado em Educação Física – Universidade Estadual de Londrina

E-mail: fjas81@hotmail.com

RESUMO

Este artigo discute a importância da leitura crítica como ferramenta pedagógica para enfrentar o fenômeno das *fake news* e preparar estudantes para o exercício da cidadania digital. A partir de uma abordagem teórica e prática, são analisados os impactos sociais da desinformação, o papel da leitura crítica no ambiente escolar, a relevância da cidadania digital e do protagonismo estudantil, além das estratégias pedagógicas que podem ser adotadas para combater a circulação de informações falsas. Evidencia-se que a escola, ao

investir em projetos interdisciplinares e metodologias inovadoras, contribui para a formação de cidadãos críticos, éticos e engajados, capazes de atuar de forma consciente na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Leitura crítica; *Fake news*; Cidadania digital; Educação midiática; Protagonismo estudantil.

ABSTRACT

This article discusses the importance of critical reading as a pedagogical tool to address the phenomenon of fake news and prepare students for the exercise of digital citizenship. Based on theoretical and practical approaches, it analyzes the social impacts of misinformation, the role of critical reading in schools, the relevance of digital citizenship and student protagonism, as well as pedagogical strategies that can be adopted to combat the spread of false information. It is evident that schools, by investing in interdisciplinary projects and innovative methodologies, contribute to the formation of critical, ethical, and engaged citizens, capable of acting consciously in contemporary society.

Keywords: Critical reading; Fake news; Digital citizenship; Media education; Student protagonism.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um tempo caracterizado pela intensa conectividade e pela ampla disseminação de informações em plataformas digitais. As redes sociais, blogs, aplicativos de mensagens e sites de compartilhamento de conteúdo transformaram completamente a maneira como as pessoas obtêm e consomem informação. Embora essa abertura para o acesso represente um progresso importante, ela também trouxe um desafio significativo: a propagação de notícias falsas.

As notícias enganosas não são algo novo, mas se expandiram de maneira sem precedentes com a chegada da internet e das redes sociais. De acordo com Wardle e Derakhshan (2017), o fenômeno da desinformação vai além da simples mentira e forma um ecossistema complexo que enfraquece instituições democráticas, prejudica processos eleitorais e molda comportamentos sociais. Nesse contexto, a escola se destaca como um ambiente essencial para a formação de cidadãos críticos, aptos a analisar, interpretar e questionar as informações que circulam no ambiente digital.

A leitura crítica, que se refere à habilidade de interpretar textos de maneira reflexiva e no contexto certo, se torna uma competência vital para enfrentar os desafios da era digital. Para Freire (1996), "ler é entender o mundo", e essa compreensão requer uma postura ativa em relação aos discursos, sejam eles digitais ou impressos. Portanto, preparar os alunos para a cidadania digital implica capacitá-los a reconhecer

manipulações na linguagem, a diferenciar entre fatos e opiniões e a perceber os interesses que influenciam a produção e a difusão da informação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apoia essa visão ao enfatizar que a educação deve incluir o desenvolvimento de competências ligadas à cultura digital, à ética e à responsabilidade social (Brasil, 2017). Nesse contexto, iniciativas interdisciplinares que abordem o fenômeno das fake news podem ajudar os alunos a entender a complexidade da desinformação e a adquirir habilidades de verificação de informações, análise de fontes e produção de conteúdos adequados.

Ademais, a cidadania digital abrange não apenas o consumo responsável de informações, mas também uma participação ativa e ética nos ambientes virtuais. Como observa Ribas (2020), educar cidadãos digitais significa preparar os jovens para agir com respeito, empatia e responsabilidade nas redes sociais, reconhecendo que suas ações afetam diretamente a vida em comunidade.

Assim, este artigo se propõe a discutir como a leitura crítica pode ser abordada no ambiente escolar, especialmente no Ensino Fundamental e Médio, como estratégia para lidar com as fake news e preparar os alunos para o exercício pleno da cidadania digital. A intenção é examinar o fenômeno da desinformação, refletir sobre práticas pedagógicas interdisciplinares e destacar a importância da escola na formação de cidadãos conscientes e envolvidos na sociedade atual.

2 O FENÔMENO DAS FAKE NEWS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

As notícias falsas se tornaram um dos principais problemas da sociedade moderna, especialmente em tempos de grande conectividade. Embora a propagação de informações enganosas não seja algo recente, sua rapidez e abrangência foram ampliadas pelas redes sociais e plataformas de mensagens imediatas. Wardle e Derakhshan (2017) afirmam que a desinformação vai além de reportagens fabricadas, apresentando-se como um ecossistema complicado que envolve manipulação de imagens, vídeos e histórias, enfraquecendo instituições democráticas e prejudicando a confiança do público.

No Brasil, os efeitos das notícias falsas ficaram evidentes em vários momentos da história. Durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, circularam informações erradas sobre tratamentos milagrosos e teorias conspiratórias acerca das vacinas. Essas narrativas afetaram as atitudes sociais e dificultaram a implementação de medidas de saúde pública (Brasil, 2021). Da mesma maneira, em épocas de eleições, as notícias falsas têm sido usadas como ferramentas de manipulação política, impactando a opinião pública e o processo democrático de forma direta.

A propagação de notícias falsas está intimamente ligada ao fenômeno da "pós-verdade", onde os fatos objetivos exercem menos influência na formação da opinião pública do que apelos emocionais ou crenças pessoais. De acordo com McIntyre (2018), a pós-verdade caracteriza uma crise no entendimento da verdade, pois desafia a percepção convencional do que é verdadeiro e os métodos tradicionais de

validação da informação. Nesse contexto, a leitura crítica se torna uma ferramenta essencial para que os cidadãos consigam diferenciar entre fatos e opiniões, reconhecer manipulações discursivas e entender os interesses subjacentes às mensagens.

Além dos efeitos na política e na saúde, as fake news também impactam a convivência social, promovendo polarização, intolerância e discursos de ódio. Buckingham (2019) destaca que a educação midiática é crucial para que os jovens compreendam os processos de criação e disseminação da informação, desenvolvendo habilidades que os ajudem a resistir às manipulações e a participar de forma consciente no espaço público.

Portanto, abordar o fenômeno das fake news no ambiente escolar equivale a discutir a cidadania. Projetos interdisciplinares que englobem História, Língua Portuguesa, Ciências Sociais e até Matemática podem analisar casos reais de desinformação, possibilitando que os alunos entendam como as narrativas falsas são criadas, divulgadas e afetam a sociedade. Essa abordagem ajuda na formação de cidadãos críticos e conscientes, prontos para enfrentar os desafios da era digital.

3 A LEITURA CRÍTICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

A leitura crítica é uma das habilidades mais essenciais para formar cidadãos conscientes na era digital. Ao contrário de uma leitura que apenas decodifica, essa habilidade requer uma postura ativa, reflexiva e analítica em relação aos textos. Segundo Freire (1996), "ler é entender o mundo", e essa compreensão não deve ser passiva, mas sim envolver questionamentos e interpretações dos discursos que existem na sociedade.

No cenário das fake news, a leitura crítica se torna fundamental. Silva (2018) defende que a educação em mídia deve equipar os alunos para reconhecer manipulações discursivas, diferenciar fatos de opiniões e perceber os interesses por trás da produção de informação. Isso implica que a leitura crítica vai além do texto escrito e abrange imagens, vídeos, memes e postagens em redes sociais, que atualmente são principais veículos de desinformação.

Portanto, as escolas têm a responsabilidade de fomentar práticas pedagógicas que incentivem a leitura crítica em diversas disciplinas. Em Língua Portuguesa, por exemplo, os estudantes podem examinar reportagens de diferentes fontes sobre um mesmo evento, identificando divergências na narrativa e potenciais preconceitos. Na disciplina de História, é possível abordar como falsificações históricas foram empregadas em diferentes épocas para manipular a opinião pública. Em Matemática, gráficos e dados estatísticos podem ser analisados de maneira crítica, revelando como informações podem ser distorcidas para sustentar argumentos enganosos.

Além disso, atividades práticas como oficinas de verificação de fatos podem aproximar os alunos das técnicas usadas por agências de checagem de informações. Buckingham (2019) ressalta que a educação

mediática deve contemplar não apenas a análise crítica, mas também a criação responsável de conteúdo, permitindo que os jovens se tornem protagonistas na luta contra a desinformação.

Outro ponto importante é o desenvolvimento de habilidades socioemocionais relacionadas à leitura crítica. A BNCC (Brasil, 2017) destaca que a educação deve incluir valores como empatia, responsabilidade e respeito à diversidade. Isso significa que a leitura crítica deve transcender a análise técnica da informação, considerando também os impactos sociais e éticos das mensagens que circulam no ambiente digital.

Assim, a leitura crítica, quando trabalhada de forma interdisciplinar e contextualizada, se transforma em uma ferramenta pedagógica eficaz para lidar com as fake news. Ela capacita os alunos não apenas a consumirem informações de maneira consciente, mas também a participarem ativamente da sociedade digital, exercendo sua cidadania de maneira ética e responsável.

4 CIDADANIA DIGITAL E PROTAGONISMO ESTUDANTIL

A cidadania digital pode ser vista como a prática consciente, ética e responsável dos direitos e deveres no mundo online. Em uma sociedade cada vez mais interconectada, não é suficiente apenas ter acesso à tecnologia; é fundamental saber utilizá-la de maneira crítica e envolvente. Segundo Ribas (2020), capacitar cidadãos digitais é preparar os jovens para agirem com respeito, empatia e responsabilidade nas redes sociais, reconhecendo que suas ações impactam a coletividade.

Nesse contexto, o papel ativo dos estudantes é crucial. Quando incentivados a criar conteúdos digitais, como blogs, podcasts, vídeos educativos ou campanhas contra fake News, os alunos não somente exercitam sua autonomia, mas também aprimoram suas habilidades comunicativas e sociais. Buckingham (2019) aponta que a educação midiática deve englobar não apenas a análise crítica de informações, mas também a criação responsável de conteúdos, permitindo que os jovens se tornem protagonistas na formação de uma esfera pública mais democrática.

Projetos que envolvem diferentes disciplinas podem fortalecer esse protagonismo. Em Língua Portuguesa, os alunos podem elaborar textos com opiniões e campanhas digitais sobre ética nas redes. Na disciplina de Artes, podem criar cartazes e vídeos educacionais. No campo das Ciências Sociais, podem discutir os efeitos da desinformação sobre a democracia e sugerir soluções coletivas. Essas atividades aproximam os estudantes da realidade de sua comunidade e os ajudam a perceber que a cidadania digital é uma questão coletiva, não apenas individual.

A BNCC (Brasil, 2017) apoia essa visão ao enfatizar competências gerais como responsabilidade, empatia e participação social, que devem ser cultivadas em todas as áreas do conhecimento. Isso implica que a cidadania digital precisa ser abordada de forma integrada, abrangendo diversas disciplinas e iniciativas escolares.

Além disso, o protagonismo estudantil reforça a ideia de que os jovens não são apenas receptores de informação, mas também geradores e disseminadores de conhecimento. Para Freire (1996), a educação deve ser um ato político que fomenta a conscientização e a transformação social. Ao adotar esse papel participativo, os estudantes se tornam agentes de mudança, aptos a enfrentar os desafios da era digital e a contribuir para a criação de uma sociedade mais justa e democrática.

Assim, a cidadania digital e o protagonismo dos estudantes são aspectos inter-relacionados que devem ser promovidos pelas instituições de ensino. Ao implementar abordagens pedagógicas que incentivem a participação ativa dos alunos no ambiente digital, a escola cumpre sua missão de formar cidadãos críticos, éticos e comprometidos, prontos para agir de maneira responsável na sociedade atual.

5 O PAPEL DA ESCOLA E DOS PROFESSORES

A instituição de ensino desempenha uma função crucial na formação de indivíduos críticos e conscientes, principalmente diante dos desafios trazidos pela era digital e pela propagação de notícias falsas. Além de apenas transmitir informações, sua missão deve ser a de fomentar habilidades que capacitem os alunos a analisar, questionar e gerar conteúdo de maneira ética e responsável. Para Freire (1996), a educação é intrinsecamente política, e o educador deve atuar como facilitador de processos que incentivem a consciência e a mudança social.

Nesse contexto, a contribuição dos educadores é essencial. Eles guiam os estudantes na construção do saber, ao mesmo tempo que os ajudam a desenvolver competências relacionadas à leitura crítica e à cidadania digital. Buckingham (2019) aponta que a educação midiática should be integrated into the school curriculum as a cross-cutting practice, allowing young people to understand the processes of information production and circulation, enabling them to resist discursive manipulations.

A BNCC (Brasil, 2017) reforça essa visão ao afirmar que a cultura digital deve ser abordada em todas as disciplinas, promovendo habilidades como responsabilidade, empatia e participação social. Isso implica que o combate às fake news não deve ser tratado como um assunto isolado, mas sim como parte integrante da prática pedagógica diária. Professores de Língua Portuguesa podem analisar criticamente reportagens e conteúdos digitais; professores de História têm a possibilidade de discutir a utilização da desinformação em diferentes períodos históricos; e educadores de Ciências podem explorar como informações incorretas afetam a saúde pública e o meio ambiente.

Ademais, o aprimoramento contínuo dos educadores é vital para prepará-los a enfrentar os desafios da era digital. De acordo com Kenski (2012), a atividade docente deve evoluir com as mudanças tecnológicas e sociais, adotando novas metodologias e ferramentas que promovam uma aprendizagem crítica e significativa. Isso abrange o uso de recursos digitais, plataformas de verificação de fatos e metodologias ativas, como projetos interdisciplinares e aprendizado baseado em problemas.

Outro fator relevante é a criação de um ambiente escolar que valorize a comunicação e a participação. Candau (2008) argumenta que a educação em direitos humanos deve ser parte integrante da rotina escolar, promovendo valores como respeito, solidariedade e justiça. Ao promover discussões sobre ética digital, liberdade de expressão e responsabilidade social, os educadores ajudam os alunos a perceber que a cidadania digital não se refere apenas ao consumo consciente de informações, mas também à produção responsável de conteúdo.

Assim, a relevância da escola e dos educadores é fundamental na preparação dos alunos para enfrentar as fake news e exercer a cidadania digital. Ao incentivar práticas pedagógicas interdisciplinares, investir na formação de professores e promover a participação ativa dos estudantes, a escola reafirma seu papel social de educar cidadãos críticos, éticos e engajados, capazes de agir de maneira consciente na sociedade atual.

6 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ENFRENTAR A DESINFORMAÇÃO

O combate às notícias falsas nas instituições de ensino requer não só a sensibilização, mas também a implementação de abordagens pedagógicas criativas que tornem o aprendizado relevante e em sintonia com o ambiente digital dos alunos. A desinformação é um fenômeno intrincado, que abrange dimensões cognitivas, sociais e emocionais, e por isso deve ser abordada de forma integrada e contextualizada.

Uma das práticas mais importantes é a educação midiática, que visa capacitar os estudantes em habilidades de crítica e na elaboração consciente de conteúdos. Buckingham (2019) destaca que essa educação precisa ser parte do currículo escolar como uma prática que permeia diversas disciplinas, ajudando os jovens a entenderem como as informações são geradas, distribuídas e consumidas. Nesse contexto, atividades que envolvem a análise de memes, clipes virais e postagens em redes sociais podem ajudar a explorar os métodos de manipulação e os efeitos da desinformação.

Outra abordagem é a gamificação, que aplica elementos de jogos eletrônicos para tornar o aprendizado mais envolvente e dinâmico. Jogos que imitam situações de verificação de fatos ou desafiam os alunos a detectar notícias fraudulentas podem ser recursos eficientes para o desenvolvimento de habilidades de leitura crítica e de tomada de decisão. Kenski (2012) afirma que a utilização de tecnologias digitais na educação deve ir além da simples entrega de conteúdos, promovendo metodologias ativas que incentivem a participação e a reflexão dos alunos.

Debates e rodas de conversa também são métodos pedagógicos essenciais. Ao debater questões como ética no ambiente digital, liberdade de expressão e responsabilidade social, os alunos têm a chance de ponderar sobre as consequências das notícias falsas na democracia e na convivência social. Candau (2008) enfatiza que o ensino de direitos humanos deve ser uma prática constante na escola, incentivando valores de respeito, solidariedade e justiça. Essas discussões ajudam os alunos a perceberem que a cidadania

digital envolve não apenas o consumo consciente de informações, mas também a elaboração responsável de conteúdos.

Ademais, as escolas podem estabelecer colaborações com agências de verificação de fatos e entidades da sociedade civil, aproximando os alunos das metodologias empregadas na checagem de informações. Oficinas de verificação de fatos, por exemplo, ensinam os estudantes a manusear ferramentas digitais para verificar dados, como mecanismos de busca de imagens e bancos de dados oficiais, desenvolvendo habilidades práticas para confrontar a desinformação.

Outro ponto relevante é a implementação de metodologias que integrem diversas disciplinas. Projetos que envolvem áreas distintas podem abordar a desinformação de várias óticas: nas Ciências, discutindo as consequências das notícias falsas na saúde pública; na História, analisando como informações falsas foram utilizadas em diferentes períodos históricos; na Matemática, evidenciando como dados estatísticos podem ser distorcidos para respaldar argumentos enganosos. Essa abordagem enriquece a compreensão dos alunos e fortalece suas capacidades analíticas.

Portanto, as abordagens pedagógicas para lidar com a desinformação devem ser diversas, dinâmicas e contextualizadas, englobando tanto métodos tradicionais de leitura crítica quanto inovações que conectem os estudantes à realidade digital. Ao implementar essas estratégias, as escolas exercem sua função social de preparar cidadãos críticos, éticos e engajados, prontos para enfrentar os desafios da era informacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada neste artigo mostra que o fenômeno das notícias falsas é um dos maiores obstáculos da sociedade atual, principalmente em um cenário caracterizado pela hiperconexão e pelo fluxo intenso de informações em plataformas digitais. A disseminação de informações errôneas não só afeta processos democráticos e de saúde pública, mas também fragiliza a convivência entre as pessoas, resultando em polarização, intolerância e discursos agressivos.

Neste contexto, a escola desempenha uma função vital na formação de cidadãos críticos e conscientes. A prática de leitura crítica, que é vista como um ato reflexivo e ativo em relação aos discursos, se mostra uma ferramenta educacional essencial para que os alunos consigam reconhecer manipulações, diferenciar fatos de opiniões e entender os interesses que envolvem a criação de informações. De acordo com Freire (1996) e Silva (2018), ler é interpretar o mundo, e essa interpretação exige que o indivíduo atue de maneira envolvente e participativa.

Além disso, as noções de cidadania digital e engajamento dos alunos são aspectos complementares que fortalecem a participação dos jovens no ambiente online. Quando incentivados a criar conteúdos responsáveis e a se envolver em projetos interdisciplinares, os estudantes deixam de ser apenas consumidores de informações e começam a se posicionar como agentes de mudança social. Ribas (2020) e

Buckingham (2019) argumentam que a educação midiática deve englobar tanto a análise crítica quanto a produção ética de conteúdos, preparando os jovens para os desafios da era digital.

As abordagens pedagógicas mencionadas tais como educação midiática, gamificação, debates, oficinas de verificação de fatos e metodologias interdisciplinares, mostram que é viável conectar os alunos à realidade digital e desenvolver habilidades práticas para combater a desinformação. A BNCC (Brasil, 2017) apoia essa ideia ao salientar que a cultura digital e a responsabilidade social precisam ser abordadas de maneira integrada em todas as áreas do conhecimento.

Assim, capacitar alunos para a cidadania digital implica entender que simplesmente ter acesso à informação não assegura uma formação crítica. É fundamental investir em métodos pedagógicos que promovam competências de leitura, reflexão e participação ativa, solidificando a escola como um espaço de cidadania e transformação social. Ao assumir essa responsabilidade, a educação ajuda a construir uma sociedade mais democrática, ética e solidária, capaz de resistir às distorções da desinformação e de valorizar o conhecimento como um meio de emancipação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 31 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fake news e pandemia: enfrentamento da desinformação**. Brasília: MS, 2021.

BUCKINGHAM, David. **Media Education: Literacy, Learning and Contemporary Culture**. Cambridge: Polity Press, 2019.

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

DEMO, Pedro. **Educação e cidadania: o desafio da qualidade**. Campinas: Autores Associados, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 189-205, 2003.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2012.

MCINTYRE, Lee. **Post-Truth**. Cambridge: MIT Press, 2018.

RIBAS, João. **Cidadania digital: ética e responsabilidade nas redes sociais**. Curitiba: Appris, 2020.

SILVA, José Carlos. **Leitura crítica e educação midiática**. São Paulo: Cortez, 2018.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.